PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

PERÍODO/EXERCÍCIO:
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

OBJETO:
PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA

ENTIDADE:
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RIO BRANCO - AC
OUTUBRO / 2017

Sumário

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO PAINT-2017 3
1. A INSTITUIÇÃO 4
2. UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA 5
3. RELAÇÃO DE TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS 5
4. IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS CONSTANTES DA MATRIZ DE RISCO 9
5. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS 11

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO PAINT-2017

RESOLUÇÃO Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2016.

Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna – (PAINT 2017) e dá outras providências.

O **CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE**, considerando o disposto na Instrução Normativa/CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, o que consta do Processo Administrativo nº._____, as ponderações oriundas dos órgãos de controle, Controladoria-Geral da União – CGU e Tribunal de Contas da União, e o que foi deliberado em sua reunião ordinária do dia _____ de _____ de 2016,

RESOLVE:

Art. 1°. Aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT 2017), a ser executado no período de janeiro a dezembro de 2017 e na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Rio Branco - AC, _____ de _____ de 2016.

Secretário Geral

Presidente do Conselho Diretor

ANEXO – PAINT 2017

1. A INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal do Acre foi criada em 25 de março de 1964, pelo Decreto Estadual nº 187, quando da implantação da Faculdade de Direito, funcionando nas instalações do atual Colégio de Aplicação, no centro de Rio Branco – capital do Acre. Federalizada, em 05 de abril de 1974, pela Lei nº 6.025 e pelo Decreto nº 74.706, de 17 de outubro de 1974.

Com objetivo de modernizar de sua gestão, em meados de 2013 a Instituição iniciou o projeto de Planejamento e Gestão Estratégica, cujos referenciais estabelecidos foram:

MISSÃO: Produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, com base na integração ensino, pesquisa e extensão, para formar cidadãos críticos e atuantes no desenvolvimento da sociedade.

VISÃO: Ser referência internacional na produção, articulação e socialização dos saberes amazônicos.

VALORES: Inovação, compromisso, respeito à natureza, respeito ao ser humano, efetividade, pluralidade e cooperação.

A administração da Universidade Federal do Acre é responsabilidade das Instâncias Colegiadas como órgãos normativos, deliberativos e consultivos e da Reitoria, das Pró-Reitorias e dos Centros Acadêmicos como órgãos executivos.

As Instâncias Colegiadas da Universidade Federal do Acre são:
Conselho Universitário (CONSU);
Conselho Diretor;
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX);
Conselho de Administração (CONSAD);
Assembleias de Centro;
Colegiados de Curso;
Conselhos Curadores e Técnico-Científicos;
Conselhos Gestores e Conselho-Escolar.

Atualmente, a UFAC possui as seguintes unidades[1]:

CAMPI
Campus Sede – Rio Branco/AC
Campus Floresta – Cruzeiro do Sul/AC
Campus Fronteira do Alto Acre – Brasileia/AC

NÚCLEOS
04 núcleos nos seguintes municípios: Xapuri, Sena Madureira, Feijó e Tarauacá.

UNIDADES ESPECIAIS
Colégio de Aplicação - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio - Rio Branco/AC
Núcleo de Atividades Complementares, Estágio Curricular Supervisionado e Extensão - Rio Branco/AC

ÓRGÃOS INTEGRADORES
Museu Universitário, Parque Zoobotânico – PZ, Unidade de Tecnologia de Alimentos – Utal, Núcleo de Interiorização e Educação à Distância - Niead.

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES
Bibliotecas Universitárias, Arquivo Central, Editora da Ufac – Edufac, Núcleo de Registro e Controle Acadêmico – Nurca e Núcleo de Processo Seletivo – NUPS.

[1] Dados constantes da publicação Ufac em números - edição 2015.

ÁREAS DE PESQUISA
Fazenda Experimental Catuaba – Senador Guiomard/AC
Reserva Florestal Humaitá – Porto Acre/AC

ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO
Sala Comercial - Brasília/DF.

2. UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna possui a missão de Contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos, buscando agregar valor à gestão da Universidade Federal do Acre.

Vincula-se ao Conselho Diretor, nos termos da Resolução nº 016, de 16 de agosto de 2016 e possui a seguinte estrutura funcional:

I - Auditor-Geral;

II - Auditor-Geral Adjunto;

III - Corpo técnico de auditores;

IV - Secretaria administrativa.

A Auditoria Interna conta, atualmente, com 03 (três) auditores: 02 (dois) bacharéis em Economia e 01 (um) bacharel em Direito, para consecução das suas atribuições.

3. RELAÇÃO DE TEMAS PASSÍVEIS DE SEREM TRABALHADOS

Dispõe o artigo 4º, inciso I da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015[2] que:

> Art. 4º O PAINT conterá, no mínimo:
> I - **relação** dos macroprocessos ou **temas passíveis de serem trabalhados**, **classificados** por meio de **matriz de risco**, com a **descrição dos critérios** utilizados para a sua elaboração;

Esta norma contempla duas formas de construção da matriz de risco. A primeira, por macroprocessos, exige um mapeamento na instituição. A segunda, por temas passíveis de serem trabalhados.

[2] CGU. Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_24_2015.pdf>. Acesso em 19 out. 2016.

Uma vez que a instituição ainda não promoveu o mapeamento dos processos organizacionais, optou-se pela definição dos temas passíveis de serem trabalhados considerando as ações orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2016[3] sob responsabilidade da Fundação Universidade Federal do Acre.

Conforme o Manual técnico de orçamento 2016[4], ação orçamentária é a operação da qual resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa, que, por seu turno, representa a orientação do governo para a realização dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano Plurianual, ou seja, quatro anos.

Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, entre outros, e os financiamentos.

Considerando que toda ação orçamentária está associada a um determinado programa, não foram consideradas aquelas afetas aos programas do tipo Operações Especiais, os quais constam apenas do orçamento, não integrando o PPA.

A avaliação do grau de risco correspondente a cada tema foi realizada segundo a visão da auditoria interna utilizando os critérios básicos de materialidade, relevância e criticidade.

A materialidade refere-se ao montante de recursos orçamentários alocados à cada ação com base na sua dotação inicial.

No critério relevância adotou-se entendimento segundo o qual a ação deve estar atrelada às áreas finalísticas[5] da instituição, quais sejam: Ensino de graduação e básico; Pesquisa e ensino de pós-graduação; Extensão e Assistência estudantil; sendo possível utilizar como referência o

No mesmo sentido, o critério relevância se conjuga com as atividades relacionadas a determinadas ações que possam trazer riscos à imagem institucional.

No que tange à criticidade, levou-se em conta o fato de as atividades desempenhadas na ação orçamentária serem consideradas potencialmente vulneráveis; o período em que essas ações foram auditadas; se os controles internos em sentido amplo são considerados satisfatórios; e, se a área costuma implementar recomendações provenientes da auditoria interna e dos órgãos de controle.

Na etapa de avaliação dos riscos, estipularam-se questões para as quais se atribuiu determinada pontuação conforme a alternativa selecionada. Cada tema avaliado poderia obter no conjunto uma pontuação entre 0 (zero) e 100 (cem), sendo estabelecido seu grau de risco de acordo com o resultado obtido, conforme abaixo:

---

[3] Orçamento da União – Exercício Financeiro de 2016, Volume V. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/Anexo/ANL13255Volume-V.pdf

[4] Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento MTO. Edição 2016. Brasília, 2015.

[5] Os macroprocessos finalísticos da UFAC estão definidos no Relatório de Gestão do exercício de 2015.

1. Por meio desta ação se executam processos críticos (alta vulnerabilidade)?

(0) Não; (10) sim

2. Por meio desta ação se executam processos chaves (relacionados com atividades finalísticas da instituição)?

(0) Não; (10) sim

3. Quando foi a última vez que a áreas relacionadas à execução desta ação foram auditadas?

(0) Nos últimos 6 (seis) meses

(5) No intervalo de 6 (seis) a 12 (doze) meses

(10) No intervalo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses

(15) Há mais de 2 (dois) anos

(20) Nunca

4. Qual o montante em recursos orçamentários destinados à ação?

(0) De R$ 0,00 a R$ 250.000,00

(5) De R$ 250.000,01 a R$ 2.000.000,00

(10) De R$ 2.000.000,01 a 15.000.000,00

(15) De R$ 15.000.000,01 a R$ 50.000.000,00

(20) Acima de R$ 50.000.000,00

5. Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, como são avaliados os controles internos relacionados às áreas que executam esta ação?

(0) Ótimos

(5) Bons

(10) Razoáveis

(15) Frágeis

(20) Muito frágeis

6. Qual a probabilidade e o impacto de riscos à imagem da UFAC na execução dos processos vinculados à esta ação?

(0) Baixa probabilidade e baixo impacto

(5) Alta probabilidade e baixo impacto

(10) Baixa probabilidade e alto impacto

(15) Alta probabilidade e alto impacto

7. A área que executa os processos relacionados a esta ação costuma acatar/ implementar recomendações feitas pela Auditoria Interna e pelos órgãos de controle (CGU e TCU)?

(0) Não houve recomendação;

(1) Sempre;

(2) Frequentemente;

(3) Algumas vezes;

(4) Raramente;

(5) Nunca

Grau de Risco[6]	**Descrição**
76 a 100	risco altíssimo ou crítico
51 a 75	risco alto
26 a 50	risco médio
0 a 25	risco baixo

Na avaliação dos quesitos, além dos critérios básicos supramencionados, foram considerados os diversos atributos[7] das ações orçamentárias, entre os quais a descrição, plano orçamentário, especificação do produto e detalhamento da implementação, e a classificação da despesa por natureza.

Dessa forma, como resultado da avaliação dos temas passíveis de serem trabalhados, chegou-se ao quadro abaixo:

[6] Os parâmetros para aferição do grau de risco dos temas aqui desenvolvidos basearam-se em grande parte nos trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal do ABC – Curso de Metodologia de Auditoria Baseada em Riscos para Elaboração do PAINT.

[7] Os principais atributos acerca de cada ação orçamentária estão disponíveis para consulta pública no endereço eletrônico <https://www.siop.planejamento.gov.br > Módulo Cadastro de Ações.

Código da ação	Descrição da Ação/ tema	Dotação Inicial	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Grau de Risco
2080.20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	R$ 32.346.149,00	10	0	5	15	20	15	4	69
0089.0181	Aposentadorias e Pensões	R$ 54.995.902,00	10	0	15	20	10	0	3	58
2080.20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	R$ 14.205.087,00	0	10	10	10	15	10	3	58
2080.4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	R$ 11.012.159,00	10	10	5	10	10	10	2	57
2080.20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	R$ 463.543,00	0	10	20	5	10	10	0	55
2080.157A	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Acre	R$ 6.000.000,00	0	0	20	10	15	10	0	55
2109.20TP	Pessoal Ativo	R$ 127.778.616,00	0	0	10	20	10	10	3	53
2109.09HB	Contribuição para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores	R$ 25.295.452,00	0	0	20	15	5	10	0	50
2080.8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	R$ 13.973.972,00	0	0	15	10	15	5	3	48
2109.2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes	R$ 1.727.460,00	0	0	5	5	15	0	5	30
2109.216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia	R$ 21.600,00	0	0	20	0	10	0	0	30
2109.4572	Capacitação de Servidores	R$ 428.734,00	0	0	10	5	10	0	2	27
2109.2010	Assistência Pré-Escolar	R$ 180.000,00	0	0	20	0	5	0	0	25
2109.2011	Auxílio-Transporte aos Servidores	R$ 12.000,00	0	0	20	0	5	0	0	25
2109.00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	R$ 103.728,00	0	0	20	0	5	0	0	25
2109.2012	Auxílio-Alimentação	R$ 6.600.000,00	0	0	0	10	5	0	3	18

4. IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS CONSTANTES DA MATRIZ DE RISCO

Optou-se por priorizar ações de auditoria voltadas aos temas com maior grau de risco segundo os resultados da matriz, levando em consideração o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos.

N° ação	Descrição da ação	Objetivo da ação	Cronograma
1/2017	Disponibilização do RAINT 2016/ e encaminhamento do PAINT/2017 ao Órgão de Controle Interno	Apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria interna realizados em 2016 e realizar o planejamento anual dos trabalhos de auditoria.	01/02/2017 a 28/02/2017
2/2017	Monitoramento de recomendações	Apresentar ao Conselho Diretor, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, órgãos de controle interno e externo, pelo próprio Conselho Diretor e outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.	01/02/2017 a 28/02/2017
3/2017	Acompanhamento da prestação de contas da entidade referente ao Exercício de 2016	Opinar, mediante parecer, acerca da prestação de contas da entidade referentes ao Exercício de 2016, em conformidade com as normas vigentes.	01/01/2017 a 31/03/2017
4/2017	Monitoramento de recomendações	Apresentar ao Conselho Diretor, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, órgãos de controle interno e externo, pelo próprio Conselho Diretor e outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.	01/03/2017 a 31/03/2017

5/2017	Monitoramento de recomendações	Apresentar ao Conselho Diretor, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, órgãos de controle interno e externo, pelo próprio Conselho Diretor e outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.	01/04/2017 a 30/04/2017
6/2017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior (20RK)	Realizar Inspeção física da execução e examinar pagamentos contratuais, ocorridos à conta do sub-elemento de despesa 33903916 - MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS.	01/03/2017 a 30/04/2017
7/2017	Monitoramento de recomendações	Apresentar ao Conselho Diretor, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, órgãos de controle interno e externo, pelo próprio Conselho Diretor e outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.	01/05/2017 a 31/05/2017
8/2017	Monitoramento de recomendações	Apresentar ao Conselho Diretor, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, órgãos de controle interno e externo, pelo próprio Conselho Diretor e outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.	01/06/2017 a 30/06/2017
9/2017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior (20RK)	Realizar Inspeção física da execução e examinar pagamentos contratuais, ocorridos à conta do sub-elemento de despesa 33903703 - VIGILANCIA OSTENSIVA	01/05/2017 a 30/06/2017
10/2017	Monitoramento de recomendações	Apresentar ao Conselho Diretor, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, órgãos de controle interno e externo, pelo próprio Conselho Diretor e outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.	01/07/2017 a 31/07/2017
11/2017	Monitoramento de recomendações	Apresentar ao Conselho Diretor, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, órgãos de controle interno e externo, pelo próprio Conselho Diretor e outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.	01/08/2017 a 31/08/2017
12/2017	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (20GK)	Avaliar os controles internos referentes à execução da despesa relativa ao sub-elemento 33901801 - BOLSAS DE ESTUDO NO PAIS	01/07/2017 a 31/08/2017
13/2017	Monitoramento de recomendações	Apresentar ao Conselho Diretor, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, órgãos de controle interno e externo, pelo próprio Conselho Diretor e outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.	01/09/2017 a 30/09/2017
14/2017	Monitoramento de recomendações	Apresentar ao Conselho Diretor, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, órgãos de controle interno e externo, pelo próprio Conselho Diretor e outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.	01/10/2017 a 31/10/2017
15/2017	Elaboração do PAINT 2018	Definir temas ou macroprocessos a serem trabalhados no exercício seguinte.	01/09/2017 a 31/10/2017
16/2017	Monitoramento de recomendações	Apresentar ao Conselho Diretor, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, órgãos de controle interno e externo, pelo próprio Conselho Diretor e outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.	01/11/2017 a 30/11/2017
17/2017	Monitoramento de recomendações	Apresentar ao Conselho Diretor, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações expedidas pela Auditoria Interna, órgãos de controle interno e externo, pelo próprio Conselho Diretor e outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização.	01/12/2017 a 31/12/2017
18/2017	Aposentadorias e Pensões (0181)	Examinar a conformidade da concessão e do pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores ou dos seus pensionistas.	01/11/2017 a 31/12/2017

5. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A AUDINT planeja capacitar seus membros através da participação nas seguintes ações de capacitação e eventos:

Ação de capacitação	Carga horária	Nº de servidores capacitados
Curso Prático de Formação de Auditores Internos, curso oferecido pelo FONAITec (http://fonai-mec.com.br)	40 horas	01
Curso de Metodologia e Planejamento de Auditoria de Risco: Associação Brasileira de Orçamento Público (abop.org.br)	20 horas	01
Curso de Auditoria e Controles Internos Governamentais (abop.org.br)	40 horas	01
FONAITec – Capacitação Técnica das Auditorias Internas do Ministério da Educação – 1º semestre	24 horas	02
FONAITec – Capacitação Técnica das Auditorias Internas do Ministério da Educação – 2º semestre	40 horas	02

Carga horária total destinada às capacitações: 228 horas